

Ashjan Sadique Adi
Fábio Bacila Sahd
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

“A JORDÂNIA É PALESTINA, MAS OS PALESTINOS NÃO SÃO BEM-VINDOS”: HISTÓRIAS DE PERSEGUIÇÃO E DA FRAGMENTAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO NA JORDÂNIA*

Luciana Garcia de Oliveira¹

Introdução

No filme *When I saw you*, Tarek, um menino palestino de apenas 11 anos de idade ao chegar como refugiado na Jordânia, em 1967, perguntou angustiado a uma senhora palestina, “Há quanto tempo você está aqui?”. Quando ela responde “- Desde 1948”, fica assustado diante da possibilidade do seu exílio se tornar permanente. A premiada obra de Annemarie Jacir é uma ficção que remonta à história real de milhares de refugiados palestinos na Jordânia desde 1948, após o evento conhecido como a *Nakba* (catástrofe) palestina. Este filme, particularmente, conta a história de uma criança refugiada da guerra de junho de 1967 que se envolve no treinamento de um grupo de guerrilha palestina contra a ocupação israelense, ao mesmo tempo que fogia das perseguições da monarquia jordaniana descontente com a atuação paramilitar de grupos estrangeiros em um território que não lhes pertencia².

* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.207-234

¹ Mestra pelo Programa de Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo e pesquisadora associada do Centro de Estudos Hannah Arendt. Foi uma das responsáveis pela tradução da coletânea *The Jewish Writings*, de Hannah Arendt para a língua portuguesa.

² *When I saw you* (Quando te vi) é um filme escrito e dirigido pela cineasta palestina-jordaniana Annemarie Jacir e produzido pelo palestino Ossama Bawardi. Para mais informações, o site oficial do filme está disponível em: <<http://whenisawyou.com/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

“Setembro Negro” é o nome dado ao período que se estende de setembro de 1970 a julho de 1971, quando o exército da Jordânia iniciou um confronto aberto contra as organizações de guerrilha da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) visando, acima de tudo, a desarticulação das organizações paramilitares. O número de vítimas dos confrontos militares não são precisos, pois de acordo com as fontes oficiais da Jordânia, foram 3.400 palestinos mortos, no entanto, as fontes palestinas reivindicam que o número de vítimas do genocídio nos campos de refugiados atingiu em torno de 5.000 palestinos e, ainda de acordo com o líder Yasser Arafat, o número de palestinos mortos é de 10.000 pessoas³. O evento “Setembro Negro” também pode ser considerado uma referência para o início do enfraquecimento da OLP. Foi a partir dos confrontos na Jordânia que algumas lideranças do *Al-Fatah*, o maior grupo político palestino da OLP, criaram um grupo de atuação internacional também denominado *Setembro Negro*, em referência às perseguições na Jordânia. O grupo de atuação transnacional foi responsável, entre outros, pelo massacre nas Olimpíadas de Munique, na Alemanha em 1972 (SINGH, 2015, p. 140). O sequestro e o assassinato de 11 atletas da delegação de Israel culminou numa forte campanha de perseguição aos chamados *fedayeen*⁴ pelo serviço secreto de Israel, o *Mossad*, autorizado pelo rei Hussein à atuarem em território jordaniano. As ações militares do *Mossad* resultaram na morte e na expulsão de outras dezenas de lideranças da OLP da Jordânia.

³ *Black September*. Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Black_September>. Acesso em: 30 nov. 2016.

⁴ *Fedayeen* (فدائيين) é um termo usado para referir aos grupos militares que se sacrificavam pela liberação da Palestina ocupada. Os *fedayeen* palestinos treinavam em campos de treinamento localizados no exílio, a maioria localizados na Jordânia e no Líbano. O termo *fida'i* que dá origem à palavra *fedayeen* também tem destaque no hino nacional palestino *Biladi* (“Meu País”) no trecho: “Sa ahya fida'i wa amdee fida'i \ Wa aqdee fida'i ila ann ta'oud” (“Viverei como um *fida'i*, permaneceréi um *fida'i* \ Terminarei um *fida'i* - até que meu país regresse”).

A escolha palestina pela guerra de guerrilha, emboscadas e pelos atentados terroristas deveu-se à sucessão de fracassos árabes na guerra contra Israel. A humilhante vitória de Israel contra os exércitos da Jordânia, Síria, Iraque e Egito, em 1967, provocou uma progressiva falência do movimento pan-arabista, liderado pelo então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, até o seu quase completo desaparecimento após a sua morte, em 1970. A derrota, em 1967, foi fundamental para a proclamação de independência do movimento nacional palestino em relação ao movimento nacionalista árabe. Foi em fevereiro de 1969 que o líder do *Al-Fatah*, Yasser Arafat, tornou-se presidente da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). A proclamação de independência palestina do pan-arabismo e a luta armada palestina dentro dos países de exílio causou a fúria de grandes esferas das sociedades locais e entre algumas lideranças do mundo árabe contra o que consideravam como um ato de profunda ingratidão dos palestinos aos países que os acolheram. Além disso, a condição de refugiados suscitava discriminação de parte expressiva da sociedade jordaniana.

De todos os países hospedeiros do Oriente Médio, a Jordânia é o país de maior concentração de palestinos no mundo. A monarquia Hashemita nunca divulgou dados precisos referentes à proporção de palestinos que vivem atualmente no reinado, entretanto muitos estudiosos apontam que os palestinos constituem a vasta maioria da Jordânia. É exatamente por isso que a Jordânia é classificada como o país mais importante para a comunidade palestina e para a causa palestina internacional⁵. Os palestinos da Jordânia estão em toda parte e ocupam muitas posições sociais, atualmente se encontram dentro dos campos de refugiados, no comércio popular e nas grandes empresas da Jordânia. Os palestinos também constituem a maioria da população das grandes cidades da Jordânia, Amã e Zarqa. De acordo com Mudar Zahran⁶, ambas as cidades eram eminentemente rurais antes da entra-

⁵ ZAHARAN, Mudar. *Jordan is Palestinian*. Middle East Forum. Disponível em: <<http://www.meforum.org/3121/jordan-is-palestinian/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

⁶ ZAHARAN, Mudar. Op.cit.

da maciça de refugiados palestinos após a guerra de junho de 1967. O que denota a importância da comunidade palestina na melhoria dos índices de desenvolvimento do Estado da Jordânia.

A Jordânia também tornou-se referência para a diáspora palestina da Europa e das Américas do Sul e do Norte. Uma enorme quantidade de palestinos que residem nos países ocidentais costumam viajar à Jordânia em razão de união familiar, casamentos e funerais. A Jordânia também passou a ser considerada como uma espécie de retiro de conexão com os amigos, com a comunidade, com o idioma e com a cultura árabe-palestina. Um lugar onde as crianças do exílio têm a oportunidade de aprender a língua dos seus antepassados e de conviver com outras crianças palestinas dentro de um país árabe.

Apesar da importância dos palestinos no desenvolvimento econômico do reinado, o fluxo intenso e contínuo de refugiados palestinos desde 1948 também provocou, com o passar do tempo, muitas instabilidades no país. A enorme quantidade de “estrangeiros” e descendentes provocou inúmeros conflitos, violência e uma crise de identidade sem precedentes. E, diante do contexto de insegurança e indefinição, muitas autoridades do governo da Jordânia passaram a promover e a apoiar uma progressiva “jordanização” da sociedade. O *slogan* “Jordan First” introduzido pelo rei Abdullah II, mais tarde, em 2002, é compreendido como uma tentativa de remontar a história da Jordânia, com uma narrativa nacional e uma identidade comum. A campanha pública é baseada na preservação da identidade da Jordânia a fim de evitar que seja confundida com a identidade palestina, tão presente nas mais diversas esferas da sociedade e do Estado da Jordânia. O chamamento ao “Jordan First” é um estímulo às políticas de valorização da educação, cultura e do desenvolvimento da imprensa, voltando-se para as novas gerações de jordanianos orgulhosos de suas raízes e da monarquia Hashemita⁷.

⁷ *Initiatives – Jordan First*. King Abdullah website. Disponível em: <http://kingab-dullah.jo/index.php/en_US/initiatives/view/id/3.html>. Acesso em: 28 nov. 2016.

A campanha de reafirmação da identidade jordaniana, por outro lado, é responsável por uma grande polarização da sociedade, pelo isolamento e pela discriminação de milhares de palestinos da Jordânia. De acordo com um colaborador palestino-jordaniano que não quis se identificar, o preconceito contra os palestinos pode ser notado em muitas ocasiões e por diversas razões. As cores da *Hattah* usada pelos jordanianos e pelos palestinos tornou-se motivo de discórdia. Os homens jordanianos costumam usar a *Hattah* vermelha, enquanto os palestinos adotam a *Hattah* tradicional preta e branca, em alusão à lealdade étnica e ao nacionalismo palestino. Tendo em vista o passado de conflitos, o lenço palestino, nas ruas da Jordânia, ainda gera muitos comentários negativos, olhares desconfiados e expressões de reprovação. A discriminação contra os palestinos da Jordânia também avançou para a área da educação, de acordo com Yasam Abu-Jbara⁸ a legislação concernente à concessão de bolsas de estudo nas universidades tradicionais do reinado está condicionada, em princípio, aos alunos de ascendência jordaniana, deixando muitos estudantes palestinos e descendentes fora do Ensino Superior. As restrições educacionais mais pesadas foram estendidas aos filhos e netos de militantes palestinos que se envolveram nos conflitos durante o “Setembro Negro” na década de 1970. A monarquia Hashemita também proibiu oficialmente as datas comemorativas do calendário nacional palestino. A condição de marginalização da maioria dos palestinos da Jordânia deve-se, sobretudo, à ausência de palestinos e descendentes nas posições públicas de relevo, no parlamento e nos ministérios do reinado durante décadas. O impedimento aos altos cargos governamentais na Jordânia direcionou os palestinos a outras esferas sociais e econômicas. Em contraste à

⁸ ABU-JBARA, Yasam. To what extent would greater freedom in expressing Jordanian Palestinian selfhood have a positive impact on Human Development for Jordanian Palestinian in Jordan? Disponível em: <http://www.academia.edu/4017901/To_what_extent_would_greater_freedom_in_expressing_Jordanian_Palestinian1_selfhood_have_a_positive_impact_on_Human_Development_for_Jordanian_Palestinians_in_Jordan>. Acesso em: 30 nov. 2016.

imagem do palestino refugiado e residente dos miseráveis campos de refugiados, surgiu, com o passar do tempo, uma nova classe de palestinos, formada por grandes empresários da Jordânia que prosperaram em função das restrições nos cargos públicos e nas Universidades⁹.

Conquistas, ocupações territoriais e tentativas de acordo

A definição do território da Jordânia passou pelo contexto de Guerra Fria, quando os Estados Unidos e a União Soviética se envolveram diretamente nas rivalidades do Oriente Médio, de modo a tornar mais difícil a busca por um acordo entre Israel e o mundo árabe. Entretanto, entre todos os interlocutores árabes, os diálogos com as autoridades da Jordânia foram, de longe, considerados os mais promissores. As reuniões secretas entre os representantes israelenses e jordanianos em meados da década de 1940 facilitou o caminho para as negociações diretas que começaram em 1949, um ano após a *Nakba* palestina, e se estenderam até a morte do rei Abdullah em julho de 1951. Foi, durante os 2 anos de negociações diretas entre a Jordânia e Israel, que o reinado Hashemita enfrentou uma campanha bastante hostil no Oriente Médio, muitas lideranças árabes ameaçaram a Jordânia de expulsão da Liga Árabe. As constantes pressões sofridas pela monarquia Hashemita forçou o rei Abdullah a interromper as conversações com Israel, sem romper completamente com as negociações de paz.

Enquanto os diálogos haviam sido declarados suspensos, a situação ao longo da fronteira entre Israel e a Jordânia se deteriorou, culminando em um conflito armado. A ausência de diálogo direto contribuiu para que as Forças de Defesa de Israel (FDI) adotassem uma política mais agressiva contra as infiltrações territoriais em Israel realizadas esporadicamente pelos refugiados palestinos alocados na Jordânia.

⁹ ZAHHRAN, Mudar. Op.cit.

Entre todos os países vizinhos de Israel, a Jordânia era o que tinha um maior interesse pela paz, principalmente porque isso significava compensação territorial. Em abril de 1950, a Jordânia anexou formalmente a Cisjordânia e, em dezembro, o rei Abdullah ainda insistia pela continuação das negociações com Israel. O objetivo maior era a implementação de um acordo de Armistício que dava a Israel o direito ao acesso, entre outros, ao Muro das Lamentações localizado na cidade velha de Jerusalém.

Por outro lado, apesar de bem sucedido, os diálogos entre Israel e a Jordânia sempre suscitavam dúvidas e desconfianças entre as lideranças israelenses. O primeiro ministro de Israel David Ben-Gurion tinha muitas razões para duvidar da eficácia de um acordo com a Jordânia. Para o líder israelense, deveria ser priorizado um acordo com o Egito, ao invés da Jordânia, pois somente um acordo de paz entre Israel e o país árabe mais populoso suspenderia o cerco que Israel enfrentava com todo o mundo árabe e islâmico e renderiam muitos acordos políticos e econômicos de suma importância. A falta de comprometimento do governo de Israel com um acordo político de paz com a Jordânia foi determinante para o fracasso dos diálogos entre os dois países até o dia da morte de Abdullah. No dia 20 de julho de 1951, o monarca foi assassinado por um muçulmano fanático nas proximidades da mesquita *Al-Aqsa*, em Jerusalém Oriental. O fim do diálogo acompanhado pelo episódio da morte do rei Abdullah foi descrito por Avi Shlaim como “uma história triste com um fim trágico” (2004, p. 110).

Nessa ocasião, o presidente do Egito e o grande porta-voz do movimento pan-arabista, Gamal Abdel Nasser, de modo a impressionar a opinião pública árabe e provocar o “inimigo israelense”, ordenou a retirada das forças de Emergência da ONU e enviou tropas do exército egípcio para a península do Sinai. Contudo, entre todas as medidas adotadas por Nasser, a mais fatal foi realizada no dia 22 de maio de 1967, quando o presidente do Egito ordenou o fechamento do estreito de *Tiran* à navegação israelense. De acordo com Shlaim (2004,

p. 294), para Israel, essa atitude representava uma declaração de guerra. Isso porque, no lado israelense, as lembranças do Holocausto nazista aprofundavam a sensação de medo e de ameaça, muito embora Israel fosse muito mais forte do que os seus inimigos declarados.

Conforme era previsto, a vitória israelense na guerra dos Seis Dias foi avassaladora¹⁰. No dia 5 de junho de 1967, Israel desencadeou um ataque aéreo surpresa contra a aviação inimiga e, teve como saldo, a ocupação de toda a península do Sinai, Cisjordânia e colinas de Golã, além da destruição total das forças aéreas da Síria, Jordânia e do Iraque.

Ao todo, quatrocentos aviões inimigos foram destruídos no primeiro dia de combate, o que, em essência, selou o destino dos exércitos árabes. A rapidez e a dimensão da vitória militar israelense levaram alguns observadores a suspeitar que Israel não desencadeara a guerra em legítima defesa, mas sim para expandir seu território. (SHLAIM, 2004, p. 299).

Muito embora a ofensiva fosse também desencadeada contra a Jordânia, alguns políticos da cúpula de Israel ainda nutriam uma imagem positiva da dinastia Hashemita. Alguns políticos israelenses acreditavam na possibilidade do rei ter sido iludido pelo movimento nacionalista árabe ao entregar o comando de suas tropas a um general egípcio. O ataque da Jordânia contra Israel custou a cidade velha de Jerusalém e toda a Cisjordânia. A reunificação da cidade de Jerusalém foi a maior vitória de Israel após a guerra de 1967. No dia 7 de junho de 1967 Moshe Dayan declarou publicamente: “Esta manhã a FDI li-

¹⁰ De acordo com a obra *Elusive Victory: The Arab-Israeli Wars, 1947-1974* (Nova York, 1978), Trevor N. Dupui constatou na página 333 que “na guerra dos Seis Dias tanto os vencedores quanto os derrotados sofreram perdas. Do lado israelense, 983 soldados foram mortos e 4.517 ficaram feridos. Israel perdeu quarenta aviões e 394 tanques. Pelo menos metade desses tanques, no entanto, foi posteriormente consertada e voltou à plena capacidade operacional. Além disso, os israelenses capturaram cerca de 150 tanques de fabricação soviética e os acrescentaram ao seu inventário de pós-guerra. Egito, Jordânia e Síria tiveram 4.296 soldados mortos e 6.121 feridos. Juntos, perderam 444 aviões e 965 tanques”.

bertou Jerusalém. Nós reunimos a Jerusalém dividida, a capital seccionada de Israel. Retornamos aos nossos lugares sagrados, voltamos com o objetivo de não partirmos nunca mais”. De modo distinto, a reação frente à ocupação da Cisjordânia não causava uma grande empolgação, uma vez que a região estava muito povoada: “Como iremos controlar um milhão de árabes?, perguntou Yitzhak Rabin, ao referir-se aos habitantes da Cisjordânia. “Um milhão e duzentos e cinquenta mil”, corrigiu um oficial do Estado-maior. Era uma pergunta a qual ninguém tinha uma resposta” (RABINOVICH, apud SHLAIM, 2004, p. 303). Havia duas alternativas com relação à administração da Cisjordânia: a chamada “opção jordaniana”, que implicava um acordo direto com o rei Hussein ou a “opção palestina” que concedia autonomia aos palestinos residentes da Cisjordânia sob o controle militar israelense. Essa última alternativa, entretanto, previa o menor número possível de árabes-palestinos nas regiões que, por ventura, fossem controladas por Israel. Para isso, já estava sendo planejada a construção de assentamentos e bases militares em áreas estratégicas da Cisjordânia (SHLAIM, 2004, p. 315).

Ainda sobre as “heranças” da derrota na guerra dos Seis Dias, em agosto de 1967, foi organizada uma conferência da cúpula árabe em Cartum, no Sudão. Após os dias de debates e discussões, ao final do evento, foi acordado os famosos “três não”, referentes às negativas ao reconhecimento, à negociação e à paz com Israel. Apesar do tom inflexível da conferência, o presidente Nasser e o rei Hussein formaram uma frente unida contra as posições mais extremistas do mundo árabe. Foi nessa ocasião que Hussein explicou sua posição adotada nos bastidores de Cartum:

Em Cartum, lutei muito contra os três não. Mas, lá, as pessoas que costumavam apoiar Nasser se uniram e [...] se voltaram contra ele, e se voltaram contra ele de um modo tão perverso que me senti moralmente incapaz de continuar a assumir qualquer posição que não fosse a de me aproximar dele, defendê-lo e responsabilizar os outros pelo que aconteceu. Aquela foi a primeira colisão que tive com mui-

tos dos meus amigos do mundo árabe. Mas depois falamos sobre a necessidade de uma resolução e sobre a necessidade de uma solução pacífica para o problema. E sua abordagem foi: ‘Eu me sinto responsável. Nós perdemos a Cisjordânia e Gaza, e isso vem em primeiro lugar. Não vou exigir nenhuma retirada do Canal de Suez. Ele pode permanecer fechado para sempre, até o momento em que a questão da Cisjordânia e de Gaza esteja resolvida e até que a questão do povo palestino esteja resolvida. Portanto, vão e falem sobre isso, e falem sobre uma solução abrangente para o problema e sobre uma paz abrangente, vão e façam qualquer coisa que puderem, menos assinar uma paz em separado’. E eu disse que, independentemente do que acontecesse, eu não estava considerando assinar uma paz em separado, porque queríamos resolver esse problema de uma forma abrangente. (HUSSEIN apud SHLAIM, 2004, p. 318)¹¹.

A disposição do Egito e da Jordânia para o estabelecimento de um acordo pacífico com Israel após a guerra de junho de 1967, não chegou ao conhecimento das autoridades israelenses. As consequências do suposto posicionamento árabe intransigente refletiram-se nas conversas entre o rei Hussein e as autoridades israelenses sobre a situação da Cisjordânia. Houve um declínio no interesse pela “opção palestina”. Foi a partir de então que as gerações mais jovens de palestinos passaram a se envolver na luta pela Libertação Nacional da Palestina.

O acordo com o rei Hussein foi descrito pelos israelenses como “um momento feliz” (SHLAIM, 2004, p. 322), pois tendia a afastar a influência soviética do regime jordaniano. Os encontros secretos entre os israelenses e o rei da Jordânia perduraram até a conclusão do tratado de paz entre Israel e a Jordânia, em outubro de 1994. As novas ocupações de grandes porções territoriais após 1967 mostrou para os Estados árabes que já não era mais possível disputar com Israel pelas armas. O próprio presidente Nasser, antes de falecer, abandonou a luta e os discursos anti-imperialistas rumo ao compromisso com os Estados Unidos, sobretudo com relação ao reconhecimento do Estado de Israel. Os efeitos dessas mudanças sobre os palestinos foram sentidas mais

¹¹ Entrevista com o rei Hussein. In. SHLAIM, Avi. Op.cit, p. 318.

adiante, nas crises jordaniana e libanesa de 1970-1971 e 1975-1976, respectivamente, conforme será analisado.

O exílio é a minha identidade

“Registre!
Sou um árabe
sem um nome – sem um título
resignado em um país
de um povo enfurecido”
(Mahmoud Darwish)

A fundação do Estado de Israel em meio a muitos confrontos violentos e uma série de massacres operados por suas forças nas aldeias palestinas, produziu milhares de refugiados que fugiram aterrorizados e\ou foram expulsos rumo aos países árabes vizinhos, sobretudo em direção à Jordânia. A declaração de estado de exceção nos territórios palestinos ocupados em 1948 e o impedimento ao direito de retorno dos refugiados transformou radicalmente a experiência e a identidade palestina no Oriente Médio. Muitas instituições e organizações nacionalistas palestinas foram inauguradas fora do lar nacional palestino, no exílio, em países próximos como a Jordânia, o Líbano e o Egito. Para a geração de palestinos de 1948 à 1967, a identidade palestina deveria permanecer árabe, *Filastin Arabyah* (Palestina Árabe), e a *Nakba* era considerada uma perda árabe e não exclusiva palestina. Todos os palestinos refugiados acreditavam pertencer a uma terra chamada Palestina que fazia parte de uma grande nação árabe. Segundo Edward Said, até 1967, os palestinos exilados se referiam ao seu país como *Filastinuna* (“nossa Palestina”). (SAID, 2009, p. 136).

Uma análise completa da comunidade palestina exilada como um todo é praticamente impossível, pois a manifestação da identidade palestina depende diretamente do contexto político de cada país hospedeiro e do grau de assimilação do palestino exilado. Existem, no entanto, *nasseristas*-palestinos, *baathistas*-palestinos, marxistas-palesti-

nos e burguesia palestina mesmo em um único Estado hospedeiro como a Jordânia. Cada um concebe, de modo distinto, suas percepções com relação ao direito de retorno.

Desde as primeiras ondas de refugiados palestinos, algumas organizações internacionais foram criadas para auxiliar a vida dos palestinos nos campos de refugiados. A *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugee in the Near East* (UNRWA) foi capaz de tornar o refugiado palestino ainda mais politizado, tendo em vista que as escolas palestinas da UNRWA eram administradas exclusivamente por palestinos. As crianças que passavam por estas escolas absorviam um imenso ressentimento pela condição do povo palestino sob ocupação e no exílio. Muitos funcionários palestinos da UNRWA desempenharam um papel fundamental para as mudanças ocorridas no Líbano e na Jordânia, sobretudo com relação à fundação dos mais notórios movimentos políticos palestinos como o *Al-Fatah* e, mais tarde, a OLP (SAID, 2009, p. 151).

O maior grupo palestino da OLP, o *Al-Fatah* (حركة التحرير الوطني الفلسطيني), cujo acrônimo significa “Movimento de Libertação Nacional da Palestina”, foi fundado por refugiados palestinos que estudaram nas universidades tradicionais do Cairo e de Beirute em 1959, mais precisamente por Yasser Arafat, Khalil al-Wazir (Abu Jihad), Salah Khalaf e Khaled Yashruti. A identidade do *Al-Fatah* é essencialmente nacionalista e laica e seus dirigentes acreditavam, no início, que somente a luta armada, nos mesmos moldes dispensado pelo movimento de libertação da Argélia, seria capaz de libertar a Palestina (SINGH, 2015, p. 136). Na Jordânia, particularmente, muitos voluntários estrangeiros se uniram à luta armada palestina do *Al-Fatah*.

O fluxo de refugiados palestinos na Jordânia em 1948 e, mais tarde, em 1967, foi tão intenso que até meados da década de 1970, muitas estimativas apontavam que dois terços da população da Jordânia era de origem palestina. A forte presença palestina na Jordânia, no Líbano e na Síria pressionou governos árabes a assumirem suas res-

ponsabilidades na guerra contra Israel. E, muito embora a Jordânia fosse considerada o único país árabe a garantir à cidadania dos palestinos, muitos jordanianos encaravam a presença palestina em “caráter temporário”, numa tentativa de preservar a “identidade nacional” da Jordânia. Os refugiados palestinos alocados nos 10 campos de refugiados da Jordânia sempre foram tratados como cidadãos de segunda classe, sob uma retórica que defendia o direito de retorno dos palestinos à terra natal. Sobre o apoio do rei Hussein ao direito de retorno dos palestinos, Ahmad Abu Mattar, professor palestino sediado em Oslo, na Noruega contesta:

Todos os países árabes se opõem ao reassentamento e naturalização dos palestinos não porque se importam com a causa palestina, mas devido a considerações internas e regionais [...]. Precisamos ter a coragem de dizer que melhorar as condições de vida dos refugiados palestinos nos países árabes, inclusive garantindo-lhes cidadania, não descarta o direito ao retorno (tradução livre da autora)¹².

A guerra dos Seis Dias em 1967 provocou novos deslocamentos de palestinos, cerca de 325.000 refugiados partiram, em sua maioria, rumo ao Líbano e à Jordânia¹³. Na Jordânia foram criados 6 campos de refugiados especialmente para abrigar os refugiados palestinos de 1967, quais sejam: *Baqa'a*, localizado no Vale do Jordão; *Husn*, conhecido como *Martyr Azni el-Mufti*, localizado no norte de Amã; *Jerash*, conhecido como o campo de Gaza por residir os palestinos deslocados da Faixa de Gaza, o campo está situado à 5 km das famosas ruínas romanas da cidade de Jerash; *Marka*, ao norte de Amã; *Soufe Talbieh*, localizado no sul de Amã. O maior campo de refugiados palestinos de 1967, o campo de *Baqa'a*, abriga em torno de 119.000 refugiados palestinos e carece de vários problemas sociais como alto índice de

¹² TOAMEH, Khaled Abu. Jordan – We don't want Palestinians. **Gatestone Institute – International Policy Council**. Disponível em: <<https://www.gatestoneinstitute.org/6484/jordan-palestinians>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

¹³ Arab Refugees. Disponível em: <<http://www.sixdaywar.org/content/refugees.asp>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

desemprego entre os asilados, falta de atendimento médico e saneamento básico. *Baq'a* também é considerado o 3º campo mais miserável da Jordânia¹⁴.

O clima de frustração ante a derrota dos exércitos da Jordânia, do Egito e da Síria na guerra dos Seis Dias, em 1967, perdurou até meados de 1968. A reviravolta aconteceu no dia 18 de março de 1968, quando uma mina terrestre implantada por militantes palestinos no sul da Jordânia atingiu um ônibus israelense. O ataque matou um médico, um instrutor e alguns estudantes do Ensino Médio de Israel, a explosão deixou ainda dezenas de adolescentes feridos. A emboscada teria sido a terceira operação na Jordânia assumida pelo *Al-Fatah* em um período de 3 meses. A comoção gerada após o atentado com o ônibus escolar israelense foi determinante para que as autoridades de Israel decidissem que deveriam agir com mais firmeza contra o grupo *Al-Fatah* da Jordânia¹⁵.

A caçada aos palestinos decretada por Israel na Jordânia fez com que as Forças de Defesa de Israel fechassem o cerco na cidade de *Karameh*, sede principal do *Al-Fatah*, localizada na fronteira com Israel. No dia 21 de março de 1968, militares israelenses invadiram ostensivamente *Karameh*, no entanto, foram surpreendidos por uma forte reação palestina. Muitos paraquedistas israelenses foram atacados por uma forte artilharia vinda de algumas cavernas aos arredores de *Karameh*, onde também foram alvos da artilharia das unidades da Jordânia. Os militantes palestinos respondiam aos ataques de Israel com coragem. Ao final, os israelenses destruíram a cidade, assassinaram cerca de 120 militantes do *Al-Fatah* e mantiveram outras dezenas de guerrilheiros como prisioneiros de guerra. Por outro lado, os israelenses sofreram grandes baixas, 28 soldados do batalhão israelense foram mor-

¹⁴ Baqa'a camp. **United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)**. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/where-we-work/jordan/baqaa-camp>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

¹⁵ 1968: Karameh and the Palestinian revolt. **The Telegraph**. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/1400177/1968-Karameh-and-the-Palestinian-revolt.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

tos. A “batalha de *Karameh*” tornou-se, imediatamente, um símbolo da resistência palestina, os palestinos não foram vitoriosos no campo de batalha, mas *Karameh* devolveu a dignidade e a autoestima palestina perdida após o clima de desânimo gerado em 1967¹⁶. Foi após esses confrontos que o movimento nacional palestino voltou com força ao mapa político do Oriente Médio. Em seguida, Yasser Arafat foi nomeado presidente da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) na Jordânia e na carta de fundação da OLP considerou oficialmente a luta armada como a “única maneira de libertar a Palestina”¹⁷.

A ausência de bases territoriais seguras, ajudou no estabelecimento de uma autoridade palestina que representasse todo o povo palestino disperso. A OLP conseguiu criar serviços sociais e a mobilizar os palestinos nos campos de refugiados da Jordânia e do Líbano com um grande sucesso. Após março de 1968, o movimento palestino adquiriu um novo *status* e se afastou politicamente do cenário pan-árabe. Dentro da OLP na Jordânia se agrupavam muitos grupos, a saber: *Al-Fatah*, Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), Frente Popular Democrática pela Libertação da Palestina (FPDLP), *Saiqa* (um grupo patrocinado pela Síria) e outras organizações menores (SAID, 2009, p. 182). Muitos desses grupos se inspiravam no movimento guerrilheiro da América Latina, sobretudo de Cuba. O maior grupo, o *Al-Fatah*, de Yasser Arafat é o que contava com maior número de adeptos e simpatizantes em Israel, Cisjordânia, Faixa de Gaza e no exílio. O *Al-Fatah* é o grupo majoritário palestino, por isso detém o domínio da OLP e o apoio das massas palestinas, além de ser o grupo político cujos integrantes são mais propensos ao diálogo com seus rivais ou inimigos políticos. Por dotar de um pragmatismo político, muitos grupos da OLP tornaram-se dissidentes do *Al-Fatah*. Segundo Said, os integrantes da FPLP e a FDPLP possuíam um conhecimento mais apurado e crítico da questão da Palestina.

¹⁶ 1968: Karameh and the Palestinian revolt. Op.cit.

¹⁷ The Palestinian Charter. Disponível em: <http://pac-usa.org/the_palestinian_charter.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

[...] o verdadeiro desafio dos rejeicionistas (entre eles pequenas organizações financiadas pela Líbia e pelo Iraque) e a FDP (que não é um grupo rejeicionista) é que eles são os críticos da política mais ou menos improvisada e, em alguns casos, até familiar do *Fatah*. Para eles, as críticas são ideológicas, organizacionais, estratégicas. Qual deve ser exatamente a ligação entre a OLP e a Arábia Saudita ou a Síria? Como agir com relação à Jordânia, que tem maioria palestina? Por que e com que finalidade específica membros da OLP e certas figuras públicas israelenses reuniram-se no outono de 1976? Por que não houve uma condenação ampla de Sadat após sua viagem à Jerusalém? Qual é a visão do *Fatah* da sociedade palestina do futuro? Por que não há determinações claras do *Fatah* a respeito do problema do imperialismo, determinações que eliminem de vez qualquer tipo de flerte com os Estados Unidos e seus aliados? Acima de tudo, por quanto tempo os políticos palestinos liderados pelo *Fatah* ainda se contentarão com um pouco aqui, um pouco ali, com um líder dizendo X, outro dizendo Y, com burocracias e *slogans* cumprindo a função de organização revolucionária e tomada de consciência, com condescendência, em vez de execução do trabalho, com obediência cega aos líderes, em vez de responsabilidade séria? (SAID, 2009, p. 184).

Em algumas ocasiões as atividades e os discursos dos membros da OLP na Jordânia pareciam caóticas, a organização abarcava palestinos de múltiplas aspirações ideológicas que se chocavam entre si e com algumas organizações árabes. A espantosa abrangência da OLP permaneceu de forma constante e duradoura. Por outro lado, algumas contradições acentuaram alguns conflitos internos, isso porque parte significativa da população palestina permaneceu miserável e uma minoria não desprezível prosperou na Jordânia. As diferenças de classes, geraram conflitos entre instituições mais ou menos conservadoras. O aumento do “aburguesamento” dos palestinos acentuou os desentendimentos dentro das esferas da OLP. O sucesso no exílio, invariavelmente, permitiu que alguns palestinos da Jordânia abandonassem a luta revolucionária.

Nesse contexto e, em meio ao entusiasmo gerado após a “batalha de *Karameh*”, o rei Hussein da Jordânia declarou publicamente

“nós somos todos *Fedayeen*”, sem saber que anos depois, o controle do Estado da Jordânia passaria a estar ameaçado pelos militantes nacionalistas da OLP¹⁸. Mais tarde, muitos militantes palestinos desfilavam armados pelas ruas de Amã e, de modo provocativo, penduravam cartazes marxistas nas mesquitas da Jordânia, ao mesmo tempo que iniciaram uma campanha de sequestros de autoridades governamentais e aos aviões no espaço aéreo¹⁹. A Frente Popular de Libertação da Palestina (الجبهة الشعبية لتحرير فلسطين) de orientação política marxista-leninista, fundada em dezembro de 1967 pelo médico palestino cristão, George Habash, a essa altura, realizou a primeira interceptação de um avião da companhia aérea israelense *El-Al* que fazia uma viagem de Roma à Tel Aviv em julho de 1968.

De modo semelhante ao que acontecia na Jordânia, no Líbano, Yasser Arafat criou uma enorme infraestrutura política, econômica e militar através de doações de palestinos da diáspora e do financiamento de alguns Estados apoiadores da OLP. Por outro lado, alguns métodos ilegais adotados pelos militantes da *Al-Fatah* como a prática de cobrança de propina mediante ameaça aos comerciantes libaneses que desejavam transportar suas mercadorias pelos portos e os assaltos à “mão armada” aos estabelecimentos comerciais no Líbano desgastaram a imagem do movimento nacional palestino, muito embora o lucro arrecadado com as atividades ilícitas fosse utilizado na construção de hospitais, orfanatos e escolas voltadas para os refugiados palestinos (SINGH, 2015, p. 138).

O aumento dos confrontos entre as milícias palestinas, o *Al-Fatah* e a FPLP, e os governos da Jordânia e do Líbano e dos ataques violentos nestes territórios terminou em uma tentativa de acordo formal entre as partes a convite do presidente Nasser, em novembro de 1969. Ao final, foi acordado que Yasser Arafat, teria liberdade para o treinamento dos militantes da OLP nos países árabes hospedeiros, por

¹⁸ 1968: Karameh and the Palestinian revolt. Op.cit.

¹⁹ 1968: Karameh and the Palestinian revolt. Op.cit.

outro lado, o líder palestino teria que se comprometer a respeitar a legislação libanesa e jordaniana.

Mais adiante, o acordo mediado por Nasser provou-se inócuo, pois poucas semanas após a sua assinatura, a OLP violou os termos do acordo ao atacar o território israelense pela região do sul do Líbano. Ainda, e a fim de justificar os ataques contra Israel, Arafat realizou diversos discursos incitando o povo libanês a se levantar contra o governo do Líbano, que segundo ele, era dominado por agentes norte-americanos. A todo o momento, Yasser Arafat, clamava por uma revolução libanesa, por outro lado, alguns militantes libaneses simpatizantes da OLP, como o importante político libanês, Kamal Junblatt ²⁰, tentavam convencer Arafat a respeitar os acordos firmados no Cairo, sem o devido sucesso. Os ataques realizados pelo braço armado da OLP no Sul do Líbano em direção à Israel resultaram em uma forte retaliação militar que atingiu milhares de civis que residiam na região. A crescente oposição de militantes da OLP aos discursos e ações unilaterais de Yasser Arafat no Líbano foi determinante para que, em 1971, fosse criado um novo grupo dentro da OLP, um movimento de “Oficiais Livres” que frequentemente acusavam Yasser Arafat de ter transformado o movimento nacional palestino em um programa político de culto à sua personalidade (SINGH, 2015, p. 139).

Durante o período denominado “Setembro Negro” muitos palestinos residentes dos campos de refugiados da Jordânia se voluntariaram para o serviço de guerrilha no Cairo. De acordo com Helena Cobban, em 1970, o serviço de guerrilha treinava em torno de 30.000 à 50.000 voluntários na Jordânia (1984, p. 41). E, alguns anos antes do desencadeamento da guerra de junho de 1967, os treinamentos de guerrilha palestina já desagradavam o rei da Jordânia e o presidente do Líbano, Charles Helou. A presença do ativismo palestino nesses espaços estimulava o acirramento do nacionalismo palestino que ameaçava

²⁰ Kamal Junblatt foi fundador do Movimento Nacional Libanês (MNL) e um dos protagonistas da guerra civil do Líbano até o seu assassinato em 1977.

diretamente a autonomia desses dois Estados. Além de ambos os países possuírem uma longa fronteira com o Estado de Israel.

No Líbano, um dos comandantes da *Al Fatah*, Jalal Kaawash, foi preso em dezembro de 1965, “[...] e um comunicado do Ministério da Defesa anunciou, mais tarde, que ele havia “se jogado da janela durante o interrogatório”. (Tradução livre da autora). (ABOU IYAD; ROULEAU apud COBBAN, 1984, p. 47).

Na Jordânia, diferente do Líbano, até certa altura, houve uma convivência pacífica entre a monarquia e o movimento de guerrilha palestina. Essa situação se estendeu em função da euforia gerada após a batalha de *Karameh*. Contudo, mais adiante, o sentimento de medo e preocupação substituiu a euforia, sobretudo diante da realidade demográfica do reinado da Jordânia. A oposição ao rei Hussein crescia vertiginosamente, para alguns militantes palestinos associados à FDLP, à FDPLP e à *Saiqa*, o rei Hussein era considerado “[...] um porta voz do imperialismo ocidental e um apoiador do sionismo” (COBBAN, 1984, p. 49). Até meados de 1970, as guerrilhas palestinas ameaçavam a autonomia da Jordânia e a autoridade do rei Hussein, ao controlarem algumas rodovias que davam acesso à capital Amã.

Frente as constantes ameaças, Hussein não relutou em agir contra as guerrilhas palestinas. Em 1970 o rei assumiu pessoalmente o comando militar do reinado da Jordânia. Momentos depois, ainda de acordo com Cobban, o rei Hussein autorizou os governos dos Estados Unidos a entrar em território jordaniano, a princípio, para resgatar alguns civis americanos sitiados na Jordânia. Do mesmo modo, Israel tinha autorização para “reagir” às ameaças de grupos militantes palestinos patrocinados pela Síria e pelo Iraque.

Foi na segunda semana de setembro de 1970 que Hussein decidiu pelo confronto direto contra os *fedayeen*. No livro *The Palestinian Liberation Organization – People, power and politics* a guerra de guerrilha é descrita em detalhes. As tropas de beduínos leais à realeza da Jordânia realizaram uma ofensiva contra as posições da guerrilha e

atacaram alguns campos de refugiados situados em Amã. Por outra parte, alguns militares “desleais” ao reinado, sobretudo entre os militares nascidos na Cisjordânia, se uniram ao *Al Fatah*. Segundo Cobban, “a formação que tinham recebido no exército jordaniano, considerado um dos melhores do mundo árabe, provou ser um trunfo considerável para a guerrilha [...]”. (COBBAN, 1984, p. 50).

Mais adiante, o exército israelense se preparava para uma possível intervenção na Jordânia.

A declaração de guerra contra as células da OLP na Jordânia foi batizada de “Setembro Negro” pelos próprios ativistas da OLP. A perseguição aos *fedayeen* enfraqueceu o movimento nacional palestino e isolou os militantes da Jordânia dos demais grupos localizados nos outros países árabes e nos territórios palestinos ocupados (Cisjordânia e Faixa de Gaza). Em uma reunião interna do movimento de *fedayeen*, foi decidido a adoção de novas táticas e operações militares que deveriam dispensar um tipo de treinamento militar mais sofisticado (SINGH, 2015, p. 140). As mudanças das táticas de guerrilha palestina foram radicalmente sentidas. Em 1970, a organização desviou três aviões com passageiros para a Jordânia, onde a OLP estava instalada. O ato mais midiático ocorreu mais tarde, em 1976, quando alguns membros dissidentes da FPLP, liderados por Wadi Haddad, procederam o desvio do voo de um avião da companhia *Air France* que partia de Tel Aviv com destino a Paris até a cidade de Entebbe, na Uganda. O grupo denominado Frente Popular pela Libertação da Palestina – Operações Externas (FPLP-OE) fez mais de cem reféns e exigia a libertação de 53 militantes palestinos presos em Israel e em outros quatro países.

A campanha de sequestros de aviões em pleno espaço aéreo chamou a atenção dos meios de comunicação internacionais. Entretanto, entre todos os militantes da FPLP treinados para essa função, era destacada a participação da ativista Leila Khaled, uma militante palestina nascida na cidade de Haifa. No dia 29 de agosto de 1969, Leila Khaled, junto com um companheiro de militância, desviou um voo de

uma aeronave da companhia TWA que partiu de Roma com destino a Tel Aviv em direção à cidade de Damasco, na Síria. Muito embora todos os passageiros saíssem ilesos, a operação surpreendeu a imprensa internacional por ter sido conduzida por uma mulher palestina. Leila Khaled ainda realizou uma segunda operação, dessa vez junto com o militante Patrick Arguello, cidadão americano e nicaraguense, integrante do movimento Sandinista da Nicarágua. No dia 6 de setembro de 1970, ambos sequestraram um outro avião da companhia *El-Al* que partia de Amsterdã com destino à Nova York quando alguns agentes israelenses que estavam dentro da aeronave reagiram abruptamente, assassinaram Arguello e atacaram Leila com um golpe na cabeça que a deixou inconsciente. Após, o piloto conduziu o voo rumo a Londres onde Leila foi detida por cerca de 23 dias. O objetivo dessa última operação era desviar a rota do voo rumo a Jordânia, onde dois aviões sequestrados pela FPLP haviam sido explodidos. Foi a partir de então que a imagem de Leila Khaled com um *Keffiyeh* palestino e um anel feito de parte de uma granada, segurando uma *Kalashnikov* ficou eternizada como símbolo da luta armada e dos *fedayeen* palestinos²¹.

A campanha de sequestros de aviões enfurecia o rei Hussein, pois o monarca frequentemente se sentia ameaçado pelos grupos que compõem a OLP na Jordânia. Os agentes do governo da Jordânia passaram a reprimir com força grupos militantes palestinos que atuavam em seu território e proibiu os *fedayeen* de atacar Israel através da Jordânia. O rei Hussein passou a sustentar um acordo secreto com autoridades israelenses e, por diversas ocasiões, chegou a delatar as atividades e o endereço de militantes palestinos considerados por ele como radicais e capazes de ameaçar à autodeterminação do reinado da Jordânia (SINGH, 2015, p. 139).

Em território jordaniano, muito além da guerra contra Israel, Arafat foi obrigado a enfrentar alguns dilemas internos da OLP. Algu-

²¹ VINER. Katharine. I made the ring from a bullet and the pin of a hand grenade. **The Guardian**, dia 26 de janeiro de 2001. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/jan/26/israel>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

mas facções da OLP pressionavam Yasser Arafat a liderar um movimento revolucionário contra a monarquia da Jordânia. De acordo com esses grupos, a OLP deveria, a princípio, estimular a “rua árabe” à se manifestar contra os regimes árabes conservadores e influenciados pelo imperialismo ocidental, pois segundo seus militantes, apenas uma profunda transformação política no mundo árabe seria capaz de dar condições à OLP lutar contra os “invasores israelenses”. Os militantes mais radicais da OLP, como Abu Jihad, acreditavam que os governos árabes não tinham direito de controlar o treinamento e as operações militares da OLP, uma vez que os regimes árabes eram também responsáveis pelo sofrimento do povo palestino (SINGH, 2015, p. 138).

Da Jordânia para o mundo – O terror do “Setembro Negro”

“Portanto!

Registre no topo da primeira página:

Eu não odeio o homem

Nem usurpo direitos

Mas, se ficar com fome,

A carne do usurpador será meu alimento

Cuidado – cuidado – com minha fome

e com minha ira!”

(Mahmoud Darwish)

Os *fedayeen* palestinos que, antes, lutavam somente contra a ocupação israelense, passaram a também se insurgirem contra as perseguições deliberadas pelos regimes da Jordânia e do Líbano. O movimento de luta armada palestina em Israel e no exílio árabe se transformou em um movimento de atuação internacional, recorrendo a práticas terroristas. Após o evento “Setembro Negro”, algumas lideranças do *Al-Fatah* e da FPLP fundaram o grupo também denominado *Setembro Negro*. A primeira operação do grupo internacional aconteceu no dia 28 de novembro de 1971, quando o Primeiro Ministro da Jor-

dânia, Wasfi Tal, foi assassinado por 4 membros dessa organização no Cairo (SINGH, 2015, p. 140).

Contudo, o auge das ações do *Setembro Negro* ainda estava por vir. Foi no ano seguinte, em 1972, nos jogos Olímpicos de Munique, que o grupo *Setembro Negro* assassinou 11 atletas da delegação de Israel. O comitê organizador dos jogos olímpicos na Alemanha ocidental havia relaxado a segurança na vila olímpica a fim de evitar a imagem de uma Alemanha militarizada, o que remeteria à memória das Olimpíadas de 1936, quando o regime nazista utilizou um forte esquema de segurança nos jogos Olímpicos como propaganda política. A falta de segurança preocupava a delegação de Israel, antes mesmo da sua chegada à Munique. A vila olímpica israelense consistia em uma casa isolada das demais delegações, a construção tinha muros baixos e se encontrava demasiadamente vulnerável a quaisquer ataques²².

Na madrugada do dia 5 de setembro de 1972, enquanto os atletas israelenses estavam dormindo, oito militantes palestinos invadiram os quartos da delegação israelense carregando mochilas que continham rifles, pistolas e granadas. Após a invasão, os guerrilheiros fizeram 9 reféns amarrados pelos pulsos e tornozelos. O sequestro imediatamente chamou a atenção da imprensa internacional, muitas autoridades dos Estados Unidos, de Israel e até o rei da Jordânia repudiou o sequestro dos atletas israelenses. Os militantes exigiam a libertação de 234 prisioneiros palestinos presos em Israel, no entanto os políticos israelenses se negaram a negociar com o que eles classificavam como terroristas. O número de vítimas do massacre foi alto, 5 militantes palestinos, 11 reféns e um policial alemão perderam a vida. Os palestinos foram identificados como *fedayeen* treinados nos campos de refugiados do Líbano, da Síria e da Jordânia.

²² BONIS, Gabriel. Munique 1972: Há 40 anos, a tragédia que transformou o mundo. **Carta Capital**, dia 05 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/munique-1972-os-jogos-olimpicos-que-transformaram-o-mundo>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

A morte de 11 judeus durante o massacre das Olimpíadas de Munique reacendeu a memória do passado nazista da Alemanha, das Olimpíadas de 1936, quando Adolf Hitler estava no poder. Após a tragédia das Olimpíadas de Munique o rei Hussein foi o único líder árabe que ousou repudiar publicamente o massacre de Munique, em um discurso afirmou categoricamente se tratar de “um crime selvagem contra a civilização [...]. Perpetrado por mentes doentes” (SINGH, 2015, p. 141). Os ataques nas Olimpíadas de Munique ainda culminaram em uma campanha anti-árabe estimulada pelo governo de Richard Nixon nos Estados Unidos.

Entre 1974 a 1977, os Estados Unidos exerceram uma forte intervenção nos grupos de resistência palestina. Anos após o massacre de Munique, o governo norte-americano forneceu mais armas à Israel a fim de restringir o nacionalismo árabe e a questão da Palestina dentro da política egípcia, libanesa, síria e jordaniana. Uma série de assassinatos foram cometidos contra assessores pessoal de Yasser Arafat. Até o final da década de 1970, o movimento nacional palestino sofria com sectarismo, além de que, nesse ínterim, ocorria um reavivamento do islamismo no Oriente Médio que, de acordo com Said (2009, p. 262), era lamentavelmente simplórias, de um modo geral.

A campanha antiterror, de acordo com Subbash Singh (2015, p. 142), teve o seu apogeu em abril de 1973, no momento que Israel lançou a operação *Spring of Youth*, quando o Exército de Defesa de Israel junto à agentes da política secreta de Israel, o *Mossad*, ocuparam Beirute. Os principais alvos da operação eram: Mohammad Yussuf al-Najjar (Abu Yusuf), chefe da inteligência militar do *Al-Fatah* e do grupo *Setembro Negro*; Kamal Adwan, que pertencia ao chamado “setor ocidental”, responsável pelas ações armadas dentro de Israel e Kamal Nassir, o porta voz da OLP. Após a completa dissolução do *Setembro Negro*, Yasser Arafat ordenou a suspensão dos atos de violência em Israel, Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

A dissolução do movimento *Setembro Negro* foi acompanhada por ações punitivas no Líbano e na Jordânia e enfraqueceram o movimento nacional palestino. A crise no movimento palestino após a luta armada demandou mudanças drásticas na atuação da resistência palestina. Após a reunião do conselho nacional palestino em 1974, foi decidido, por maioria absoluta, pela solução de dois Estados e por uma atuação diplomática, no lugar das armas. Foi nesse mesmo ano que mais de uma centena de países da Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceram a OLP como legítima representante do povo palestino.

Considerações finais

Muitos paradoxos ainda cercam os palestinos e a causa Palestina. Enquanto dois grandes Estados árabes firmaram acordos de paz com Israel, o Egito e a Jordânia, a violência, a xenofobia e a discriminação contra os refugiados palestinos ainda é bastante prevalente em muitos cenários árabes. Ao mesmo tempo que a causa Palestina encontra-se pragmaticamente na agenda de alguns governos árabes, o número de palestinos mortos e marginalizados na Jordânia e em todo o mundo árabe ainda é assustadoramente elevado.

Apesar da situação calamitosa no presente, nem sempre foi assim. A partilha da Palestina, em 1947, e, conseqüentemente, a *Nakba*, em 1948, foi considerada uma perda árabe e não somente uma perda palestina. Até meados dos anos de 1950 prevalecia uma solidariedade árabe com a causa palestina, sobretudo por parte dos Estados vizinhos à Israel e à Palestina, como o Líbano, a Síria, a Jordânia e o Egito. A guerra de junho de 1967 pode ser considerado o evento que mudou radicalmente as fronteiras do Oriente Médio e a solidariedade árabe com a causa palestina.

Foi após 1967 que parte dos Estados árabes repensaram o conflito árabe-israelense e o comportamento com relação aos milhares de

refugiados palestinos exilados em seus respectivos territórios. Existem muitos motivos para essa mudança. Um dos motivos foi a formação de grupos paramilitares palestinos nos territórios do Líbano e da Jordânia. Os ataques de grupos armados palestinos do exílio em direção à Israel ocasionou fortes retaliações que atingiam em cheio a população civil da Jordânia e do Líbano. As milícias palestinas e a condição de refugiados deflagraram uma revolta popular de parte considerável da sociedade libanesa e jordaniana que não aceitavam que os territórios de seus Estados se tornassem um campo de treinamento palestino.

Até os anos de 1970, os refugiados palestinos, de um modo geral, viviam as margens das sociedades jordaniana e libanesa. Na Jordânia, particularmente, foi deflagrada uma intensa guerra civil entre grupos paramilitares palestinos e o exército do reinado. O evento conhecido internacionalmente como “Setembro Negro” teve como saldo milhares de palestinos mortos e o desmantelamento dos grupos paramilitares da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) na Jordânia.

Alguns assessores pessoais do líder Yasser Arafat foram executados no exílio com a ajuda de alguns governos árabes que, a essa altura, pressionavam pela expulsão da OLP de seus territórios.

A tragédia do povo palestino vai além do conflito com Israel, de acordo com Edward Said (2009, p. 193), o palestino foi punido por estar presente na Palestina na época da colonização sionista e continua sendo punido ainda hoje por estar ausente da Palestina. Como um pária, um ser transnacional, extraterritorial, o palestino tornou-se o problema central do Oriente Médio. Na Jordânia a reafirmação da identidade palestina passou a ser reprimida e indesejada.

Referências

ABU-JBARA, Y. **To what extent would greater freedom in expressing Jordanian Palestinian selfhood have a positive impact on Human Development for Jordanian Palestinian in Jordan?**. Disponível em:

<https://www.academia.edu/4017901/To_what_extent_would_greater_freedom_in_expressing_Jordanian_Palestinian1_selfhood_have_a_positive_impact_on_Human_Development_for_Jordanian_Palestinians_in_Jordan.>. Acesso em: 30 nov. 2016.

ABOU IYAD; ROULEAU, E. **My home, my land**. New York: Times Book, 1981.

SHLAIM, A. **A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe**. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

ARAB Refugees. **The Six-Day War**. Disponível em: <<http://www.six-daywar.org/content/refugees.asp>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BAQA’A camp. **United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)**. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/where-we-work/jordan/baqaa-camp>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BONIS, G. Munique 1972: Há 40 anos, a tragédia que transformou o mundo. **Carta Capital**, São Paulo, 05 set. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/munique-1972-os-jogos-olimpicos-que-transformaram-o-mundo>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

COBBAN, H. **The Palestinian Liberation Organization – People, power and politics**. Cambridge: Cambridge Middle East Library, 1984.

DUPUY, T. N. **Elusive Victory: The Arab-Israeli Wars, 1947-1974**. New York: Harper & Row, 1978.

JORDAN First. **King Abdullah website**. Disponível em: <http://kingabdullah.jo/index.php/en_US/initiatives/view/id/3.html>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SAID, E. W. **A Questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2009.

SINGH, S. Black September: A turning point in the Palestinian National Movement. **International Journal of Applied Social Science**, v. 2, May/June 2015.

TOAMEH, K. Abu. Jordan – We don't want Palestinians. **Gatestone Institute – International Policy Council**. Disponível em: <<https://www.gatestoneinstitute.org/6484/jordan-palestinians>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

THE Palestinian Charter. **Palestine Ministry of Information**. Disponível em: <http://pac-usa.org/the_palestinian_charter.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

VINER, K. I made the ring from a bullet and the pin of a hand grenade. **The Guardian**, London, 26 Jan. 2001. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/jan/26/israel>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

ZAHRAN, M. Jordan is Palestinian. **Middle East Forum**, Philadelphia. Disponível em: <<http://www.meforum.org/3121/jordan-is-palestinian/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

1968: Karameh and the Palestinian revolt. **The Telegraph**, London. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/1400177/1968-Karameh-and-the-Palestinian-revolt.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.